

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
DIVISÃO DE APOIO AO COMITÊ INTERFEDERATIVO - DCI/PRESID

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

Aos três dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, às dez horas, no Auditório Marco Túlio, do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, na Rua da Bahia, nº 1600, Bairro de Lourdes, em Belo Horizonte/MG, iniciou a 16ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo sobre o Desastre de Mariana/MG. Verificado o quórum regulamentar (lista de presença anexa), a Presidente suplente do CIF cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos, com informes gerais e justificativas sobre a ausência da Presidente titular do CIF, devido à assinatura do Decreto de conversão das multas ambientais no Palácio do Planalto. Em seguida, houve apresentação de todos os presentes, com a apresentação formal dos novos membros e projeção da portaria de nomeação publicada no Diário Oficial da União. O Secretário-Executivo substituto fez a leitura da pauta. Na sequência, fez informes sobre o Conselho de Curadores da Fundação Renova, destacando a impossibilidade de indicação do nome proposto pelo CIF na última reunião passada, tendo em vista que o mesmo se aposentou há menos de um ano, e o Estatuto da Renova prevê que os conselheiros do Conselho de Curadores estejam afastados das atividades públicas por, pelo menos, três anos. Todavia, será verificada a possibilidade de alteração pontual dessa vedação prevista no Estatuto. O antigo conselheiro indicado pelo CIF, Fábio Feldmann, foi convidado para iniciar seu relato e, de início, mencionou o envio de sua carta de desligamento do Conselho Curador a todos os membros do CIF, sendo que nesta estão elencados os motivos de sua saída e sugestões para melhoria da Renova. Em seguida, comentou sobre a ação judicial movida contra as indústrias de Cubatão, em 1986, a qual ainda está em fase inicial, após diversos trâmites nos tribunais superiores. Por isso, defende o modelo do TTAC e criação da Fundação, para as empresas mantenedoras iniciarem a recuperação. Com relação ao Conselho de Curadores, mencionou que ao mesmo são submetidos contratos de valores altíssimos, citando o IBIO que pleiteou R\$ 29 milhões para um prazo contratual de dez meses, sendo que esta entidade já havia recebido em dezembro de 2015 o valor de R\$ 10.975.600,00 da Agência Nacional de Águas (ANA) para fazer frente aos danos ambientais do desastre de Mariana e somente começou a despender parte desse recurso em 2017. O Conselho Curador da Fundação Renova não aceitou este pleito, solicitando à entidade mais informações e capacidade de despender esses recursos. Novamente, comentou sobre valores significativos, mencionando que a sua aplicação deve ser feita levando em consideração certas circunstâncias. Citou o exemplo das reservas extrativistas nas quais famílias trabalham nos seringais e muitas vezes a *due diligence* pode encontrar conflitos pelo fato de que menores trabalham nas colocações. Ou seja, a Renova, por se tratar de uma entidade com missões muito peculiares, não pode aplicar exatamente as mesmas regras que as empresas mantenedoras utilizam. Apontou que apenas um dos sete conselheiros é representante do CIF e ressaltou a necessidade de que haja melhor relação entre o CIF e a Renova, a qual, em muitas situações, se considera autônoma, devendo prestar contas (*accountability*) tão somente a curadoria das Fundações do Ministério Público Estadual. O CIF e Fundação devem trabalhar em “matriz conjunta” para otimizar o diálogo. Adiante, citou o exemplo das restaurações florestais, nas quais, dependendo do modelo adotado, pode-se gastar valores totalmente diferentes, variando em até dez vezes do menor para o maior. Destacou o pluralismo, segundo o qual deve-se ouvir todas as partes interessadas e os *stakeholders*, ressaltando que as empresas mantenedoras não têm essa cultura, operando apenas como grandes contratantes, sendo que, no caso da Fundação Renova, a consulta ampla é necessária para legitimar os processos decisórios. Sugeriu a necessidade de elaboração do Regimento Interno da Fundação Renova, com o objetivo de suprir as lacunas dos estatutos da mesma que simplesmente fazem referência ao TTAC. Enalteceu o representante do CBH-Doce que foi nomeado Presidente da AGERH/ES. O secretário da SEMAD enalteceu o antigo conselheiro e registrou que a Renova deve supervisionar as

Retificada em 10/10/2017.

54 consultorias, que não podem saber mais do que a própria Fundação. Após citar problemas práticos
55 no trato dos órgãos públicos com a Renova, fez a leitura integral da minuta de moção elaborada
56 pelos membros indicados por MG e ES, para entregar à Renova amanhã, objetivando melhor
57 qualidade dos documentos e maior transparência do planejamento estratégico. Cobrança para que a
58 Fundação funcione corretamente e conseqüentemente o CIF. O Governo Federal também poderá
59 assinar o documento. Dentre as demandas do documento, destaca-se: maior empenho no
60 cumprimento dos prazos estabelecidos no TTAC, tempestividade na execução, e melhor qualidade
61 nos documentos entregues. O ex-conselheiro do Conselho Curador da Renova sugeriu que o CIF
62 deve ampliar o diálogo com os presidentes da Renova, do seu conselho curador e com os
63 presidentes das empresas mantenedoras. Criticou a postura da Vale que não é aberta ao diálogo e
64 sugeriu que deve haver melhor relação com o novo presidente da Vale, que recentemente mudou
65 seus conselheiros no Conselho Curador, bem como com o da BHP. Alguns membros do CIF
66 demonstraram receio de que possa haver certa interferência da Vale na Renova, caso haja maior
67 relacionamento do CIF com a empresa. O coordenador da CT-ECL comentou a carta enviada pelo
68 antigo conselheiro comunicando seu desligamento, destacando o problema da falta de transparência,
69 sobretudo nas contratações, visto que foram apresentados gastos de dezesseis milhões de reais no
70 programa de preservação da memória, mas que o próprio coordenador não sabe exatamente em que
71 o recurso foi empregado. A coordenadora da CT-SHQA mencionou sobre a proposta do Núcleo de
72 Apoio Técnico de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro e Suporte à Auditoria (NAF), que
73 será criado no âmbito do CIF, com a finalidade de acompanhar e analisar os Relatórios Anuais e o
74 Planejamento da Fundação Renova, principalmente com relação aos valores gastos para a
75 implementação dos Programas do TTAC. A minuta de Deliberação foi apresentada, porém foi
76 decidido que será deliberado na próxima reunião do CIF. O ex-conselheiro sugeriu que o atual
77 presidente do conselho curador da Fundação Renova e ex-presidente da Vale, Wilson Brumer, seja
78 convidado a participar de uma reunião do CIF. Também mencionou as diferentes versões que a
79 Renova apresenta para diferentes atores e coordenadores de CTs. O representante da CTEI citou a
80 inclusão da FAPES e FAPEMIG para auxiliarem nos programas. Dentre outros exemplos, ressaltou
81 a necessidade de cooperação. O secretário da SEAMA mencionou respostas precárias da Renova e o
82 presidente do CBH-DOCE comunicou que a avaliação do antigo conselheiro curador está
83 documentada e vale como registro. Em seguida, apresentou a sugestão de que haja dois
84 representantes do CIF no Conselho de Curadores. A representante da Casa Civil comentou acerca
85 do TACF em elaboração e o fato de que o TTAC ainda não foi homologado, citando o Relatório
86 enviado pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos, com risco de que o documento enfraqueça o
87 próprio CIF. Porém as críticas aos documentos apresentados pela Renova já estão registradas em
88 diversas Atas. A Presidente suplente do CIF agradeceu a presença do antigo conselheiro curador e
89 solicitou sugestões de novos nomes para compor o Conselho de Curadores. A SEMAD confirmou
90 que apresentará proposta de nome na próxima semana. Próximo item da pauta, a Secretaria-
91 Executiva apresentou proposta de deliberação sobre a aprovação das alterações no TTAC, conforme
92 a NT nº 03/2017, contendo a consolidação das propostas discutidas e aprovadas pelo CIF. O
93 Secretário-Executivo substituto registrou que a CT-Rejeitos e a CT-ECL apresentarão as últimas
94 propostas nesta reunião. Em seguida, foi apresentado o balanço dos prazos do TTAC, que necessita
95 dos subsídios das onze CTs para que seja melhor analisado. A metodologia da análise dos prazos
96 cumpridos será apresentada na próxima reunião do CIF, pelo analista ambiental responsável. A CT-
97 INFRA, por já ter enviado Ofício à SECEX informando sobre o cumprimento das tarefas, encontra-
98 se com resultados fidedignos, além de ser responsável pelo único programa do TTAC que já possui
99 o PAI aprovado pela Auditoria independente. O próximo item da pauta versou sobre as indicações
100 de MG para o Conselho Consultivo da Fundação Renova, visto que ainda não existem
101 representantes do Estado nesse Conselho. O Governo de MG apresentará os nomes até o final do
102 dia. O CIF receberá o Presidente do Conselho Consultivo na reunião de amanhã e os nomes serão
103 definidos. Na sequência, abordou-se o evento de Recuperação do Rio Doce, promovido pelo CIF,
104 cuja data está confirmada para os dias 24 e 25 de agosto. Estabelecido prazo para as CTs enviarem,
105 até a próxima semana, listas de nomes dos convidados. Alguns ajustes na estrutura do seminário,
106 com inclusão do Governo de MG e ES no primeiro dia. Amplo debate sobre a participação das
107 academias, sendo decidido que o tema será rediscutido amanhã. O item seguinte da pauta foi a



108 apresentação da minuta de deliberação sobre a necessidade de alterações das Deliberações nº 25 e nº
109 52, para possibilitar o protocolo de documentos pela Renova preferencialmente em mídia digital.
110 Foi ressalvada a importância de ser mantida a possibilidade de recebimento de documentos em meio
111 físico. Por fim, o último item apresentado pela SECEX foi relativo ao referendo da Decisão nº
112 01/2017, que versou sobre a suplência temporária da Presidência do CIF, que designou a membro
113 suplente da ANA e coordenadora da CT-SHQA para exercício do encargo temporário de Presidente
114 Suplente do CIF, entre os dias 17 e 31 de julho de 2017, em razão das ausências da Presidente
115 Titular do CIF e da respectiva suplente, por ambas estarem em gozo de férias durante o período
116 citado. Todos demonstraram estar de acordo em referendar a decisão. Em seguida, a palavra foi
117 passada para a própria coordenadora da CT-SHQA, que fez breve relato sobre os compromissos e as
118 principais reuniões enquanto Presidente suplente, destacando a entrevista coletiva realizada em
119 Vitória no dia 21 de julho, sobre o PMQQS. Assim, também fez informes gerais sobre os últimos
120 encaminhamentos da CT, destacando a vistoria das vinte e duas estações telemétricas ao longo do
121 rio doce, fruto do PMQQS, com a apresentação de fotos. Enfatizou que não existe no Brasil um
122 sistema melhor e que nenhuma bacia hidrográfica é tão monitorada. Sobre o Programa de
123 tratamento de esgoto, trouxe relatos sobre os andamentos das reuniões. Acerca da inclusão do
124 Município de Ponte Nova nesse Programa, por meio do novo parágrafo sexto na Cláusula 169, com
125 previsão de que os recursos que poderão vir a ser destinados ao município estejam foram da quantia
126 dos quinhentos milhões reais do programa, cuja divisão entre os entes já foi decidida e objeto de
127 deliberações do CIF. Todos de acordo. Na sequência, apontou para as melhorias dos sistemas de
128 abastecimento de água que estão em andamento, com entregas de ETAS pela Renova em atenção à
129 Cláusula 171, e demais documentos relativos, com apresentação de fotos das novas adutoras. Ao
130 final, apresentou a proposta de retificação da Deliberação 76, com pequenas alterações,
131 complementando-a com a inclusão do item 5, que consta no RT-03, que embasou a referida
132 deliberação, mas que foi retirado da mesma por equívoco. A justificativa encontra-se descrita no
133 Despacho nº 01. Por fim, comunicou novamente sobre o Relatório da CNDH, pendente de resposta
134 do CIF. O Procurador do Ibama informou que será necessário maior prazo para resposta, apontando
135 que será enviado Ofício solicitando dilação de prazo, devido à complexidade das demandas e os
136 vários órgãos envolvidos na governança do CIF. A SECEX ficou responsável por separar os itens do
137 relatório que são pertinentes a cada CT e de enviá-los para os coordenadores das CTs, solicitando
138 subsídios para resposta conjunta. Também foi sugerido o convite dos membros do Conselho
139 Nacional de Direitos Humanos para participarem do seminário do CIF, a ser realizado nos dias 24 e
140 25 de agosto no Ibama Sede, onde serão apresentadas as conquistas do CIF e das CTs na execução
141 dos Programas e no cumprimento do TTAC. Por fim, a coordenadora da CT-SHQA mencionou que
142 recebeu resposta da AGU sobre a legitimidade do TTAC. Na sequência, o coordenador da CT-
143 Rejeitos apresentou as propostas de alteração das cláusulas do TTAC, iniciando pela Cláusula 15,
144 inciso V, alínea "a", com sugestão de separação dos programas previstos na alínea, adicionando a
145 alínea "c". Assim, a CT-ECL ficaria responsável pelo programa de educação ambiental. Na
146 sequência, apresentou as mudanças de redação dos parágrafos primeiro e terceiro da Cláusula 150,
147 ambos estritamente relacionados com o Plano de Manejo de Rejeitos e a área da Usina de
148 Candonga. Também foi proposto novo parágrafo segundo para a Cláusula 151, cujo parágrafo
149 primeiro incluiu o ambiente lacustre, para que as lagoas da região da foz sejam protegidas. Nesse
150 sentido, o inciso IV da Cláusula 01 também foi alterado para incluir a região lacustre na Área
151 Ambiental 1. As Cláusulas 153, 157 e 160 serão mantidas e as demais providências serão adotadas
152 via Deliberação. Em seguida, foi apresentada a proposta de deliberação para aprovação do Plano de
153 Manejo de Rejeitos, para ratificação de todas as NTs produzidas pela equipe da CT-Rejeitos, a qual
154 foi objeto de pequenas alterações. Às treze horas e quinze minutos a reunião foi **suspensa para o**
155 **almoço**, sendo retomada às quatorze horas e vinte minutos. Seguindo a pauta, a CTEI apresentou a
156 NT 19, sobre o Programa de Estímulo à Contratação Local, contendo críticas ao relatório
157 apresentado pela Renova, o qual não atende aos requisitos da NT. O representante da CTEI
158 informou que o relatório não será analisado devido à precariedade do mesmo. A Deliberação nº 55
159 deve ser atendida e uma nova proposta de deliberação com prazo para ajustes pela Renova foi
160 apresentada. Adiante, o representante da CTEI apresentou a NT 23, acerca das Diretrizes Básicas
161 para o Ressarcimento de Gastos Extraordinários, informando que o ressarcimento está sendo

Retificada em 10/10/2017.



162 iniciado. A primeira declaração recebida foi do Corpo de Bombeiros, que totaliza sete milhões de
163 reais. A Auditoria independente está elaborando fluxo de pagamento dos vinte e sete milhões de
164 reais, corrigidos pelo IPCA. Na sequência, o Projeto Piloto para ressarcimento dos Municípios foi
165 apresentado, no qual serão contemplados quatro Municípios: Mariana, Rio Doce, Governador
166 Valadares e Colatina. O CIF não aprovou o projeto sem as devidas explicitações dos critérios para
167 escolha dos quatro municípios. A NT 23 será retificada para incluir expressamente as justificativas.
168 Foi debatida a sugestão de cronograma apresentado pela Renova, bem como sua aprovação. O
169 Procurador do Ibama afirmou que não é necessária deliberação para operacionalizar outra
170 deliberação, quando se tratar apenas da operacionalização do Programa. Amplo debate sobre o
171 ressarcimento dos Municípios. Após maiores explicações sobre o projeto-piloto, foi sugerida a
172 inclusão de Barra Longa, caso a documentação comprobatória para o ressarcimento já tenha sido
173 apresentada. Proposta de noventa dias para início da execução dos projetos pilotos. Ficou decidido
174 que a retificação da NT contemplará os cinco municípios e será deliberada no dia seguinte.
175 Posteriormente aos breves informes sobre a retomada das Atividades Agropecuárias, houve
176 apresentação da representante do BDMG sobre os Fundos de Financiamento dos Programas
177 previstos nas Cláusulas 129 e 130, iniciando com a demonstração das ações desenvolvidas pelo
178 Banco à época do desastre. Enalteceu que, em parceria com a Renova, foram elaborados dois
179 termos de cooperação técnica. Apontou os três eixos de atuação do BDMG para diversificação e
180 recuperação da economia. Foi apresentada proposta sobre o fundo de diversificação, visando à
181 equalização de financiamento para a grande indústria não-mineradora, iniciando a atração de
182 investimentos para a região de Mariana. Os recursos da Fundação serão maximizados,
183 multiplicando o recurso financiado. Na sequência, apresentou outra proposta, sobre o fundo de
184 desenvolvimento, objetivando empréstimos de capital de giro para micro e pequenas empresas de
185 todos os municípios mineiros, com as condições financeiras definidas pelo Comitê Gestor. Destacou
186 que se trata de financiamento, para que os recursos retornem ao fundo em prazo médio de vinte e
187 oito meses. Explicações sobre as governanças dos fundos, para atração de investimentos e para
188 capital de giro, principalmente para micro e pequenas empresas. Segundo a proposta, o Comitê
189 Gestor do Fundo será composto por um integrante indicado pelo INDI, outro pelo BDMG e dois
190 pela Renova, com voto de minerva. Apresentação da metodologia e da tecnologia bancária, que será
191 realizada por correspondentes bancários que atendem os clientes nas localidades do interior do
192 Estado, visto que o BDMG possui sede apenas na capital. Adiante, apresentou proposta sobre os
193 quinhentos milhões de reais previstos para a implementação do Programa de tratamento de esgoto
194 previsto na Cláusula 169. Destacou que, nesse caso, trata-se de fundo perdido, tendo em vista que a
195 quantia não é reembolsável, propondo a criação de fundo específico para o programa ou a criação
196 de parcerias público-privadas. A representante do BDMG teceu os últimos comentários concernente
197 às perguntas dos membros, esclarecendo que trata-se de apresentação e discussão antecipada,
198 introdutória e informativa sobre o tema, servindo de base para futuras deliberações. A proposta
199 relativa à 169 deverá ser tratada com a CT-SHQA. A apresentação do BDMG será reencaminhada
200 para todos os membros do CIF. O secretário da SEAPA informou que os bancos de desenvolvimento
201 dos Estados, BDMG e BANDES, detêm o apoio dos dois Estados, justificadamente. Todavia, a
202 Caixa Econômica Federal será ouvida em futura reunião do CIF, visto que a CEF já se reuniu com
203 representantes do CIF para tratar do Programa. Ficou decidido que a CEF será pautada na próxima
204 reunião. O secretário da SEAMA apontou a necessidade da definição dos melhores atores
205 financeiros para a gestão dos recursos e acompanhamento da execução do programa da Cláusula
206 169. Acerca da Deliberação nº 75, que regulamentou a necessidade do apoio das instituições para o
207 referido programa, o Prefeito de Rio Doce comunicou que os Prefeitos de vários Municípios
208 rejeitam a CEF, tendo em vista a demora excessiva e a burocracia na execução de obras em casos
209 passados. Próximo item da pauta, o representante da CT-FLOR trouxe informes sobre a Operação
210 Watu, já aprovada pelo CIF na Deliberação nº 61, capitaneada pelo SISEMA e aberta aos demais
211 órgãos ambientais. Apresentou os principais resultados das vistorias da Fase II e III e as fotos
212 tiradas exatamente nos mesmos pontos em épocas diferentes, demonstrando a recuperação vegetal e
213 os rejeitos recobertos na região. As áreas não prioritárias ainda estão com poucos avanços, com
214 deslizamentos de encostas e com grande quantidade de rejeitos ainda dentro da calha do rio.
215 Exposição dos principais problemas e diversas fotos. Reiterou que os relatórios da Watu estão

216 publicados no site da SEMAD. A Fase IV será realizada de 28 de agosto a 01 de setembro. Por fim,
217 explicou que as áreas prioritárias foram propostas pela Renova, levando em conta critérios técnicos.
218 Na sequência foi apresentado o Relatório Final sobre a recuperação das quinhentas nascentes. A
219 coordenadora CT-FLOR fez a leitura do art. 61-A da Lei nº 12.651/2012 e expôs as áreas
220 trabalhadas. Adiante, apresentou gráfico com a média da área das nascentes protegidas, com cerca
221 de 0,78 ha, mas a maioria das áreas possuem perímetro de 0,6 ha. Mencionou que existem
222 problemas imediatos e claros com as nascentes, os quais foram detectados por amostragem, dentro
223 das quinhentas e onze nascentes recuperadas, em descumprimento da obrigatoriedade do raio de
224 quinze metros ao redor das nascentes. Destacou que o trabalho da Renova necessita de ajustes,
225 reiterando a necessidade da Renova revisar os documentos antes de encaminhar ao CIF, reclamação
226 generalizada das CTs. Demais considerações da coordenadora da CT-FLOR foram apresentadas,
227 principalmente a falta de esclarecimentos específicos da Renova e que os relatórios não seguem as
228 modalidades da lei. As sugestões de adequações propostas pela CT foram enviadas à Renova e
229 alguns ajustes já foram feitos pela Renova. A proposta de deliberação foi apresentada. Ampla
230 discussão sobre o tema e acerca do entorno das nascentes e dos indicadores ambientais. A
231 representante da SEMAD reafirmou que o Zoneamento Ambiental Produtivo, desenvolvido em
232 MG, deve ser a metodologia adotada para análise de todos os projetos. O secretário da SEAMA
233 mencionou a dificuldade de cumprimento do Código Florestal pelo produtor rural, recomendando o
234 pagamento de serviço ambiental para recuperação de APP. Afirmou que se o CIF e a CT forem
235 rigorosos demais, nada será recuperado. A coordenadora da CT respondeu que há receio de aceitar o
236 trabalho executado e aprová-lo em contrariedade à lei, o que poderá judicializar. Apesar do apelo do
237 secretário da SEAMA, o Procurador do Ibama asseverou que a lei deverá ser observada, não
238 podendo ser flexibilizada, e que a Renova deve elaborar propostas de convencimento do produtor
239 rural. Próximo item da pauta, a NT sobre o Procedimento Operacional de Plantio foi apresentada
240 pelo representante da CT-FLOR, analista ambiental do Ibama, o qual argumentou que o documento
241 principal e os anexos não são complementares, apontando diversas falhas nos documentos, tais
242 como a baixa qualidade, as ausências de ART, de referências bibliográficas, de cronogramas físico-
243 financeiros, e do termo de compromisso que não constava no anexo. Enalteceu a importância do
244 estabelecimento de definições técnicas mínimas pela CT, principalmente quanto às modalidades
245 definidas na Deliberação nº 65. Explicou as diferenças entre a regeneração natural com plantio e o
246 plantio de mudas propriamente ditas, para não haver confusão nem sobreposição dos trinta mil
247 hectares a serem recuperados com os outros dez mil do Programa. Também apresentou
248 contraproposta de espaçamento menor do que o proposto pela Renova, para se plantar mais mudas
249 por hectare. Em seguida, informou que o período de manutenção proposto pela Renova é de dezoito
250 meses, em desconformidade com a Resolução CONAMA 429, que prevê um tempo mínimo de dois
251 anos, e que a proposta do Parecer da CT-FLOR é de no mínimo três anos. No monitoramento,
252 destacou que não há previsão de indicadores ambientais. Na sequência, apresentou a proposta de
253 deliberação sobre o assunto. O representante do CBH-Doce teceu considerações sobre o Parágrafo
254 único da Cláusula 162. O representante da CT-FLOR respondeu aos questionamentos, enfatizando
255 que a equipe está aberta para perguntas e respostas a qualquer momento. Por fim, comunicou que
256 em setembro haverá vistoria das primeiras quinhentas e onze nascentes recuperadas. Na sequência,
257 outro representante da CT-FLOR, também analista ambiental do Ibama, apresentou nova proposta
258 de deliberação sobre o TR referente à marcação de matrizes e colheita de sementes, programa
259 relacionado à Cláusula 162 e à Deliberação nº 14. Iniciou mencionando o documento reprovado em
260 novembro, por ser de baixa qualidade técnica. O CIF determinou entrega de novos documentos em
261 novo prazo, porém a Renova solicitou mais noventa dias, os quais só foram analisados
262 recentemente. Apresentação das recomendações e sugestões de melhoramento no documento,
263 apontando alguns erros, tais como o somatório apresentado no documento, no qual estão faltando
264 quinze espécies. Mencionou que vinte e um viveiros ainda não foram visitados e que sete espécies
265 estão em risco de extinção em MG e ES. Sugeriu a aproximação com centros universitários de
266 pesquisas da região. Entre outras falhas, apontou a ausência de registro obrigatório RENASEM.
267 Finalizou a apresentação comunicando que diversas informações e dados devem ser sistematizados
268 e padronizados, bem como complementados com outros dados necessários faltantes. Adiante,
269 apresentou o PT sobre Mapeamento de Viveiros de Espécies Nativas e Exóticas, documento

Retificada em 10/10/2017.

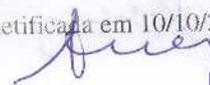


270 disponibilizado aos membros e que será publicizado, assim como os demais. Novamente, frisou as
271 recomendações básicas a serem seguidas pela Renova, dentre elas, a necessidade de citar as
272 referências bibliográficas. Enfatizou que apenas dez matrizes é muito pouco e teceu outras
273 considerações sobre o tema. Também alertou para a ausência do calendário de coleta e dos nomes
274 dos coletores, assim como o campo de observações não ter sido incluído no documento. Por fim,
275 solicitou maior atenção por parte da Renova à legislação aplicável ao tema. O próximo item da
276 pauta foi apresentado pelo representante da CT-BIO, que informou que os membros da CT,
277 representantes do IEMA e o FEAM não receberam em tempo os documentos da Renova referentes
278 às Cláusulas 164 e 181, os quais pediram maior prazo para análise e apresentação. Com relação às
279 propostas de deliberação, apresentou primeiramente a referente à Cláusula 165, propondo aplicação
280 de multa pelo descumprimento dos três incisos da cláusula mencionada. Informou que o documento
281 que deveria ser entregue pela Renova em atenção à Deliberação nº 79 foi considerado como não
282 entregue, por não atender os requisitos formais mínimos preconizados na Deliberação nº 25,
283 aparentando mero cumprimento de prazo pela Renova, sem observação de diversos pontos
284 necessários para análise do conteúdo do documento. A divisão dos monitoramentos entre os Estados
285 de MG e ES continua em ampla discussão, com diferentes estratégias e metodologias propostas pelo
286 IEMA e IEF. Registra-se em Ata a necessidade de harmonização dos Estados na CT-BIO. Após
287 ampla discussão, a proposta de multa não foi aceita pelos membros, sem que o rito proposto pelos
288 Procuradores do Ibama e da ANA seja seguido, fazendo-se necessária a notificação prévia da
289 Renova e das empresas mantenedoras. O representante da CT-BIO reelaborará a minuta de
290 deliberação, conforme modelo da Deliberação nº 76, que já atende ao procedimento para aplicação
291 da multa em caso de descumprimento de cláusulas do TTAC e/ou deliberações do CIF. Adiante
292 apresentou proposta de deliberação para aprovação parcial do Relatório da Renova sobre a Cláusula
293 168, sendo necessária a realização de novos estudos com dados primários e a elaboração do Plano
294 de Avaliação Nacional para a fauna da região, conforme as determinações constantes na deliberação
295 a ser aprovada. Com relação ao banco de dados e ao *Webgis*, previstos na Cláusula 184, foi
296 apontada a necessidade de reunião inter-câmaras, para ajustes finais, antes de que seja proposta
297 deliberação ao CIF. Todas as divergências entre os dois Estados devem ser sanadas dentro da CT,
298 antes de serem apresentadas ao CIF. O secretário da SEAMA pediu a palavra para alertar que alguns
299 membros da CT-BIO tomaram ciência pelo noticiário que a Renova contratou o Projeto Tamar para
300 a execução das ações referentes à proteção das tartarugas marinhas. A questão será discutida no
301 âmbito da CT e posteriormente apresentado ao CIF. Seguindo a pauta, o novo coordenador da CT-
302 OS fez breve histórico da transição da coordenação da Casa Civil para o MDS. Na sequência,
303 trouxe informes sobre o descumprimento da Deliberação nº 58. O Memorial do Grupo
304 Interdefensorial do Rio Doce foi entregue aos membros do CIF pelos Defensores Públicos presentes
305 na reunião. Foi destacada a negativa reiterada da Renova em cadastrar os impactados das novas
306 áreas. A representante da Casa Civil fez comentários sobre as últimas reuniões com a Renova, com
307 diversos problemas. O Defensor alegou que, desde os trinta dias previstos na deliberação para início
308 do cadastro, a Renova solicitou mais cento e vinte dias de prazo para a CT-OS, que está se
309 extinguindo ao final do mês. Mencionou que, além das ações escassas e ineficientes, a Renova
310 solicitou novo prazo, passando a ler diferentes respostas contraditórias da Renova, no sentido de
311 que foram realizados dois mil cadastros ou que apenas quinze pessoas foram cadastradas. A
312 proposta de deliberação foi reelaborada. Com relação à prorrogação do PIM, o tema será pautado na
313 próxima reunião do CIF. Adiante, a proposta de deliberação para aprovação do cronograma da 2ª
314 Campanha Cadastramento foi apresentada e aceita pelos membros do CIF, com base em NT da CT-
315 OS. Ao final, passou-se aos informes sobre o Programa de Castração dos Animais. O coordenador
316 da CT-OS fez leitura da NT elaborada sobre o tema, principalmente com relação aos preços dos
317 procedimentos de esterilização dos animais e da empresa a ser contratada. Alguns membros do CIF
318 não apoiaram prontamente a realização desse programa compensatório adicional, não previsto no
319 TTAC. Foram lidas as cláusulas referentes aos programas de assistência aos animais, que versa
320 apenas sobre dois municípios, e não sobre todos os municípios ao longo do rio Doce. Tendo em
321 vista o horário avançado e a falta de consenso sobre o tema, decidiu-se por reiniciar a reunião às
322 oito horas do dia seguinte, abordando novamente esse ponto da pauta. A reunião se encerrou às
323 dezoito horas e trinta minutos do três de agosto de dois mil e dezessete. Aos quatro dias do mês de

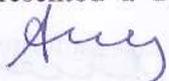


324 agosto de dois mil e dezessete, às oito horas, no Auditório Marco Túlio, do Banco de
325 Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, na Rua da Bahia, nº 1600, Bairro de Lourdes, em Belo
326 Horizonte/MG, foi retomada a segunda parte da 16ª Reunião Ordinária do Comitê
327 Interfederativo sobre o Desastre de Mariana/MG. Verificado o quórum regulamentar (lista de
328 presentes anexa), a Presidente do CIF cumprimentou todos os presentes e reiniciou os trabalhos pela
329 apresentação da CT-OS, com as últimas alterações e debates sobre a deliberação acerca do
330 descumprimento da Deliberação nº 58. Em seguida, reiniciou-se a discussão sobre o programa de
331 castração dos animais, com leitura integral das Cláusulas 73 a 75 do TTAC. Encaminhamento
332 registrado em Ata: O CIF enviará Ofício para Renova no sentido de que o Comitê não se
333 manifestará a respeito do Programa de Castração de Animais, porque considera que o Programa não
334 está abrangido pelo TTAC e a Fundação poderá realizar o Programa desde que não seja com
335 recursos oriundos dos programas compensatórios. Com relação ao PIM, que provavelmente será
336 pautado na próxima reunião, o representante do CBH-Doce informou que a indenização pelo
337 desabastecimento da água está com grandes filas na hora do pagamento em um supermercado de
338 Colatina. Algo que seria positivo está sendo negativo para a população. O próximo item da pauta foi
339 sobre a NT acerca da metodologia do Estudo Epidemiológico e Toxicológico. O representante da
340 CT-Saúde comentou sobre o TR apresentado pela Renova referente às Cláusulas 111 e 112,
341 documento que foi reprovado pela CT, devido à baixíssima qualidade técnica, sendo objeto de
342 várias críticas durante a apresentação da CT. Registro em ata: a CT-Saúde deverá definir as bases
343 mínimas para a realização dos estudos. O assunto provavelmente será pautado na próxima reunião
344 do CIF. Adiante, outra representante da CT-Saúde apresentou a NT sobre o Programa de
345 Monitoramento da Qualidade da Água Tratada para Consumo Humano. Os membros do CIF
346 teceram comentários relativos aos Municípios listados na Cláusula 171, que foi lida integralmente.
347 A CT levou em consideração os municípios propostos nas alterações do TTAC, porém as alterações
348 não foram homologadas. Ampla discussão sobre os municípios que captam água do rio Doce.
349 Decidiu-se que os municípios a serem monitorados serão aqueles listados no parágrafo terceiro da
350 Cláusula 171, incluindo-se as comunidades da Vila do Riacho e da Barra do Riacho, em Aracruz,
351 que também serão contemplados no Programa. Na sequência da apresentação, foram apresentados o
352 quadro de frequência e os parâmetros para análise da água. Caso o padrão mínimo regulamentado
353 seja ultrapassado, outros parâmetros poderão ser adotados. Os Municípios deverão definir pontos
354 prioritários para coleta e monitoramento. O Programa terá duração de dez anos, com revisão
355 periódica a cada dois anos. A coordenadora da CT-SHQA sugeriu que seja criado Grupo Técnico
356 para validar os dados de água tratada, pois a CT demora muito para se reunir e validar os dados, e o
357 CIF não poderá validar dados de água sem conhecimento técnico. Para auxiliar a CT-Saúde, a
358 coordenadora da CT-SHQA enviará o plano de trabalho do GTA do PMQOS. Foi enfatizado que as
359 diárias e passagens para deslocamento do GT não poderão ser custeados pela Renova. A Presidente
360 mencionou que o ressarcimento será realizado com ajuste do TTAC. Amplo debate. Comentários do
361 representante CBH-Doce. A proposta de deliberação apresentada foi alterada, contendo ressalvas à
362 NT da CT-Saúde, as quais serão registradas nesta Ata: conforme definido no TTAC, apenas os
363 Municípios que captam água da calha principal do rio Doce serão abrangidos pelo programa. Desta
364 maneira, os municípios não listados no TTAC, como Anchieta/ES e Ponte Nova/MG (que capta no
365 rio Gualaxo) serão excluídos do início do programa. Por outro lado, serão incluídas duas
366 comunidades afetadas de Aracruz/ES, Vila do Riacho e Barra do Riacho. O documento com as
367 bases mínimas para o PMQOS, contendo o modelo para o monitoramento da água bruta, será
368 enviado à CT-Saúde para elaboração das bases mínimas para o monitoramento da qualidade da água
369 tratada. O termo “água tratada para consumo humano” será retirado da deliberação. Ambos os
370 monitoramentos devem ser trabalhados no Plano de Comunicação desenvolvido pela CT-CPDCS. O
371 próximo item da pauta foi abordado pela CT-Infra, cujo coordenador apresentou proposta de
372 deliberação sobre os Reassentamentos na Área Ambiental 1. Após breve histórico sobre o que foi
373 discutido na reunião passada, foi comunicado que o desenho urbanístico da Renova apresenta vários
374 lotes em área com declividade acima 47%, considerada como não parcelável pelo Estado de MG.
375 Os representantes da Renova alegaram interpretação diferente da norma, sem cabimento no caso. A
376 SECIR e a SEMAD constataram em vistoria que o local indicado para o reassentamento possui
377 declividade extremamente elevada. Assim, houve contraproposta para possibilidade de

Retificada em 10/10/2017.

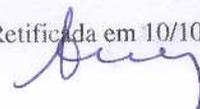


378 reassentamento em outro local na mesma área. A proposta de deliberação foi apresentada e sofreu
379 pequenos ajustes. Houve questionamentos relativos ao Plano Diretor. Explicações relativas aos
380 próximos andamentos e sobre a mudança de área rural para perímetro urbano. Projeto de expansão
381 urbana e temas afins são abordados. Ao final, a representante da SEMAD frisou a má escolha do
382 posicionamento, aparentando amadorismo dos contratados pela Renova. Na sequência da pauta, o
383 coordenador da CT-ECL apresentou o Programa de Educação Ambiental e Patrimônio, com breves
384 informes gerais sobre as últimas reuniões da CT, que contaram com maior participação do pessoal
385 responsável pelo turismo na região. Problemas relativos às escolas foram relatados. Foi mencionada
386 a capela atingida pela lama em Gesteira, o que impulsionou a NT da CT-ECL apontando a
387 existência de bens culturais que foram atingidos fora da área prevista no TTAC. Os dois bens
388 inventariados pelo IEPHA-MG em Barra Longa que foram atingidos motivaram a solicitação de
389 inclusão do Município na Cláusula 95. Também será incluído o Município de Rio Doce, cujo
390 conjunto paisagístico do encontro dos rios Carmo e Piranga foi impactado. As duas alterações
391 propostas pela CT-ECL serão incluídas na próxima NT a ser elaborada pela SECEX, em conjunto
392 com as alterações propostas pela CT-Rejeitos, e as demais propostas aprovadas pelo CIF. Por
393 último, a coordenadora da CT-CPDCS informou que ainda não está pronto o Plano de Comunicação
394 sobre a Qualidade da água do rio Doce, pois não há informações sobre qual conteúdo a ser
395 comunicado advindo da CT-Saúde. Solicitou registro em Ata de que o representante de MG deve
396 voltar a participar das reuniões da CT. O secretário da SEAPA se comprometeu em adotar as
397 devidas providências. O coordenador da CT-ECL externou preocupação com o não andamento da
398 emergência do plano de comunicação, uma vez que a reunião inter-câmaras ocorreu há mais de
399 quatro meses. Amplo debate. O tema será pautado na próxima reunião do CIF. Antes de se passar
400 para a parte aberta da reunião do CIF, o Seminário Rio Doce foi novamente debatido. A Presidente
401 mencionou que existem milhares de demandas para o Ministro do MMA para que os avanços
402 obtidos pelo CIF sejam divulgados com mais eficiência. Foi apontada a necessidade de pontos
403 focais dos Estados. O evento será mantido na data de 24 e 25 de agosto, com organização simples,
404 como foco nos relatos das CTs. Foi avisado que os convites serão elaborados e enviados pelo Ibama
405 e a ANA está elaborando a identidade visual do Evento. Sugestão de padronizar falas e demonstrar
406 as conquistas e os desafios. Pequeno TR será enviado aos coordenadores contendo instruções sobre
407 as apresentações, e até com quantidade de slides permitida. Os professores e pesquisadores que já
408 estão envolvidos serão convidados. Servidores da ANA e da ASCOM, PRESI e DCI, do Ibama,
409 estão envolvidos na organização do seminário. A CT-CPDCS foi dispensada de auxiliar na
410 organização do seminário para elaborar o Plano de Comunicação do Rio Doce. Na sequência, o
411 Núcleo de Apoio Técnico de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro e Suporte à Auditoria foi
412 abordado. O NAF será criado dentro da SECEX, com indicação de membros titulares e suplentes,
413 da área orçamentária e financeira. O NAF prestará apoio às CTs, ressaltando-se que nesta própria
414 reunião foram debatidos os custos relativos à castração de animais. O formato das reuniões do CIF
415 também foi alvo de debates, se é ideal que sejam mantidos os dois dias de reuniões, sendo o
416 primeiro fechado e o segundo aberto. Deverá haver filtro da SECEX sobre temas polêmicos, para
417 que sejam resolvidos nos primeiros dias. Propostas de que sejam utilizados crachás pelos membros
418 ou por todos os presentes e que deve haver um controle mais rígido na entrada do primeiro dia. Em
419 seguida, passou-se à parte aberta da reunião, com as Deliberações do CIF. A primeira foi
420 apresentada pela SECEX, a qual versou sobre as alterações do TTAC. Votação. Aprovada a
421 **Deliberação nº 81**. A próxima deliberação também foi apresentada pelo SECEX. A suplência
422 temporária da presidência do CIF foi referendada. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 82**. O
423 Secretário-Executivo apresentou novamente a próxima deliberação, referente ao protocolo dos
424 documentos da Renova preferencialmente em mídia digital. Votação. Aprovada a **Deliberação nº**
425 **83**. Na sequência, a coordenadora da CT-SHQA apresentou a proposta de retificação da Deliberação
426 nº 76, referente à coleta dos coloides no período da seca deste ano. Votação. Aprovada a
427 **Retificação Deliberação nº 76**. As duas próximas deliberações foram apresentadas pela CTEI,
428 sendo a primeira referente à NT 19, sobre a contratação local. Votação. Aprovada a **Deliberação nº**
429 **84**. A segunda versou sobre o início do ressarcimento dos Compromitentes e o projeto-piloto dos
430 Municípios. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 85**. Em seguida, o coordenador da CT-Rejeitos
431 apresentou a deliberação para ratificação do Plano de Manejo de Rejeitos, com aprovação da

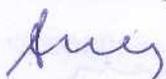


listagem de NTs. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 86**. Adiante, a CT-FLOR apresentou quatro deliberações em sequência. A primeira aprovou com ressalvas o Relatório final das quinhentas nascentes. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 87**. A segunda versou sobre aprovação, com ressalvas, do Diagnóstico de Viveiros. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 88**. A terceira rejeitou o Procedimento Operacional para Recuperação de APPs. Debate sobre a nova metodologia. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 89**. A quarta proposta da CT-FLOR foi sobre a aprovação, com ressalvas, do TR para seleção e marcação de matrizes e colheita de sementes. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 90**. Em seguida, a CT-BIO apresentou proposta de deliberação prevendo a necessidade de estudo com dados primários, visto que Renova apresentou apenas estudos com dados secundários. Também foi prevista a realização do PAN, envolvendo especialistas e instituições de todo o país. Assim, a avaliação de impactos sobre as espécies terrestres ameaçadas de extinção, prevista na Cláusula 168, foi aprovada. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 91**. Em seguida, foi proposta deliberação acerca do descumprimento da Cláusula 165, visto que o documento apresentado pela Renova foi reprovado por não ter condições mínimas de análise, em desacordo com a Deliberação nº 25. O representante do IEMA teceu comentários por videoconferência. A Renova se justificou e solicitou que seja acionado o Painel de Especialistas. Leitura integral da Cláusula 246. Amplo debate sobre todo o histórico referente ao tema, sendo solicitado que a Renova resuma os pontos de divergência. A Procuradora da ANA ressaltou a necessidade de que sejam elaborados quesitos por ambas as partes para que os especialistas analisem. Os pontos a serem analisados devem ser específicos. A Presidente confirmou entendimento favorável ao Painel de Especialistas. Alguns membros discordam. Amplo debate. Decisão de que seja dado prazo de cinco dias para a apresentação de quesitos e de mais cinco dias para as indicações dos especialistas. O secretário da SEAMA sugeriu que os quesitos sejam analisados antes de se acionar o Painel de Especialistas, lembrando que foi realizada reunião da CT-BIO, em junho, no Ibama em Brasília, com a presença do presidente do ICMBio, quando se buscou entendimentos recíprocos, porém a Renova não apontou todas as divergências, ora reclamadas. O representante da CT-BIO informou que o documento foi considerado como não entregue por não estar de acordo com a Deliberação nº 25. Leitura do primeiro parágrafo da deliberação mencionada. Discussão prosseguiu. A próxima reunião extraordinária da CT-BIO será realizada no dia 9 de agosto e tratará especificamente sobre esse impasse, para superar divergências técnicas com a Renova e entre MG e ES. O CIF participará da reunião da CT-BIO, com presença da Presidente suplente e do Secretário-Executivo substituto, além de representantes das demais instâncias superiores dos Estados, por videoconferência. Os desdobramentos do descumprimento da Cláusula 165 será pautado na próxima reunião do CIF. Assim, a proposta de deliberação foi suspensa para tentativa de acordo prévio. A Cláusula 184 será novamente debatida na parte da tarde. A próxima proposta de deliberação foi apresentada pela CT-OS, que entendeu que a primeira campanha do cadastro foi atendida no prazo. Então, a proposta apresentada foi relativa à aprovação do Cronograma da segunda campanha do cadastro. A representante da Casa Civil fez breve histórico sobre os prazos do cronograma. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 92**. Na sequência, a CT-OS apresentou nova proposta, sobre o descumprimento da Deliberação nº 58. A Renova solicitou que seja realizado estudo diagnóstico, com prazo até o dia 31 de agosto. A representante da Casa Civil informou que está registrado na Ata da reunião da CT-OS que o representante da Renova comunicou que não concorda com a Deliberação nº 58. A Procuradora da ANA asseverou que o direito individual de realizar o cadastro e ter seu pedido analisado é inviolável, não podendo ser negado pelo telefone 0800. Caso haja negativa do direito de ser cadastrado, provavelmente os casos serão judicializados, pulverizados individualmente. O Defensor Público da União refez histórico, citando repostas contraditórias da Renova, em Ofícios, assim como negativas por telefone de que a pessoa não se encontra na área abrangida pelo Programa, descumprindo a lista da Deliberação nº 58. Asseverou que, se o CIF não reconhecer os direitos mínimos das pessoas das localidades, os mesmos serão garantidos judicialmente, o vai totalmente contra a proposta do TTAC, para que sejam resolvidos extrajudicialmente. Comunicou que famílias de classe média atualmente encontram-se necessitadas, recebendo doações de cestas básicas e alimentos. A Presidente afirmou que o Ibama licencia grandes empreendimentos e que cadastra os impactados, sem que haja expectativa de indenização, não sendo procedente esse argumento da Renova. O Presidente da

Retificada em 10/10/2017.



486 Renova reconheceu que o 0800 estava muito ruim e que não estava funcionando, mas que mudanças
487 ocorreram há um mês, propondo que a lista de nomes recolhidos pela DPU seja incluída
488 imediatamente à lista do Cadastro. Em seguida, pediu retratação de que a Renova é contrária à
489 Deliberação nº 58. A Presidente frisou que a proposta inicial era de multa e que a conversão em
490 notificação e nova abertura de prazos foi amplamente discutida no dia anterior, para que seja
491 adotado o mesmo procedimento para todas as multas do CIF. O representante do CBH-Doce
492 apresentou dúvidas, as quais foram esclarecidas pela DPU, que mencionou, inclusive, ofício formal
493 enviado pela Renova, do dia 2 de junho, assinada pela líder de projetos socioambientais,
494 informando que São Mateus não está incluído na área do cadastro. A advogada da Vale argumentou
495 que, conforme o TTAC, serão cadastrados todos os impactados, e não especificamente quem se
496 sentir impactado. Discussão prosseguiu e até se chegar ao consenso. Votação. Aprovada a
497 **Deliberação nº 93**. Na sequência, a CT-Saúde apresentou proposta de deliberação que reprova o
498 estudo toxicológico e epidemiológico apresentado pela Renova. Votação. Aprovada a **Deliberação**
499 **nº 94**. Outra proposta de deliberação foi apresentada pela CT-Saúde, sobre as bases mínimas para
500 qualidade da água para consumo humano, baseada em Portaria do Ministério da Saúde. A
501 deliberação aprova as bases mínimas, com ressalvas registradas em Ata. Dessa forma, assim que
502 publicada a Ata, será assinada e publicada esta Deliberação. Resumidamente, as ressalvas que foram
503 discutidas e registradas no dia anterior são: apenas os Municípios que captam água da calha
504 principal do rio Doce serão abrangidos pelo programa, incluídas Vila do Riacho e Barra do Riacho,
505 em Aracruz/ES. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 95**. Por último a CT-INFRA apresentou
506 proposta de deliberação sobre o reassentamento. Leitura integral. Votação. Aprovada a **Deliberação**
507 **nº 96**. A última apresentação da manhã foi realizada pelo Prefeito de Ouro Preto, que demonstrou o
508 impacto financeiro sofrido pelo Município, o qual arrecadavam milhões em tributos e que não
509 arrecada mais nada, atualmente. Dentre alguns tributos citados, destaca-se: o VAF, que de quarenta
510 milhões de reais, passou para quatorze milhões e, agora, zero; o ISS caiu de dez milhões reais para
511 zero; e o ICMS passou de vinte 20 milhões de reais, para treze milhões e, posteriormente, também
512 será zero. Nos mesmos moldes da proposta de inclusão de Anchieta, o Prefeito pleiteou a inclusão
513 de Ouro Preto. O documento foi protocolado no Ibama e a SECEX enviará à CTEI para análise e
514 apresentação na próxima reunião do CIF. Ao final, destacou que Ouro Preto é o Município
515 responsável pela anuência ao retorno da mineração da Samarco na região, visto que a cava sul é
516 localizada em Ouro Preto, assim como o CNPJ da Samarco é registrado nesse Município. Às treze
517 horas a reunião foi **suspensa para o almoço**, sendo retomada às quatorze horas. Primeiramente,
518 tratou-se da situação de Candonga. O Prefeito de Rio Doce informou que após a reunião na Casa
519 Civil os acordos estão sendo seguidos e o TAC será assinado na próxima semana, assim como a
520 autorização precária para obras temporárias será liberada em breve. Em seguida, solicitou à Renova
521 cópia dos documentos de transferência das propriedades e responsabilidades da Samarco para
522 Renova. O representante da Renova informou que o documento já foi elaborado, e que estão
523 aguardando apenas a assinatura da Samarco. Seguindo a pauta, o Presidente da Renova apresentou o
524 os trabalhos que estão sendo realizados pela Fundação. Registra-se que foram entregues materiais
525 impressos aos membros, denominados Narrativas Renova. A apresentação foi iniciada com
526 destaques aos marcos temporais relativos ao desastre, passando pela criação da Fundação até o
527 momento presente. Afirmou que a judicialização não era a melhor opção. Dentro desse contexto,
528 enfatizou a dificuldade em relação à formação da equipe de profissionais em virtude da
529 complexidade das atividades desenvolvidas, declarando que o processo de transição
530 Samarco/Renova demorou mais do que o planejado, mas que será concluído no final do mês de
531 agosto de 2017. Cinquenta profissionais da Renova são cedidos da Samarco, mas cerca de
532 seiscentas pessoas trabalham diretamente para a Renova, com média de cem contratações por mês.
533 Citou que esse problema de gestão de pessoal refletiu na qualidade dos trabalhos prestados e que a
534 fragmentação das atividades, projetos e programas, prejudica a percepção da sociedade da
535 totalidade e dos objetivos centrais das ações, contexto que leva a sociedade a questionar a
536 legitimidade da Renova. Como exemplo, citou a situação dos proprietários rurais, os quais, após a
537 lama, se veem diante de restrições do Código Florestal e da reserva de APP, que não eram
538 cumpridos anteriormente. Então tiraram as cercas que são recolocadas e retiradas novamente. Por
539 essa razão, apontou a necessidade de engajamento e diálogo com as pessoas, primeiramente, para



540 em seguida adotar todas as outras ações, a partir do cadastro, que identifica os impactados e
541 potencializa o diagnóstico que permitirá melhoria da qualidade dos trabalhos relativos à saúde e à
542 economia. Com base no direito da autodeterminação dos povos, enfatizou a importância da
543 confiança na relação com os indígenas, para que os mesmos apontem o caminho e digam o que
544 desejam que seja feito. Enfatizou que o ponto central da Renova são as pessoas e comunidades. Os
545 outros dois grandes eixos são a recuperação da terra e da água e a reconstrução da infraestrutura.
546 Em relação ao uso e ocupação do solo, visando a conservação e a produção, destacou a importância
547 da multidisciplinaridade do tema e o envolvimento de vários setores em ações conjuntas,
548 respeitando as orientações das diferentes Câmaras Técnicas do CIF para agir conforme os preceitos
549 da Gestão Integrada do Território. Afirmou que Renova defende o CIF e o trabalho das CTs,
550 apresentando a governança externa e interna e destacando o ineditismo do TTAC e os múltiplos
551 atores que participam das decisões: Conselho de Curadores, Consultivo e Fiscal; *Compliance*;
552 ouvidoria; Diretoria executiva; curadoria; Ministério Público de Fundações; CIF; Auditoria
553 independente; e sociedade. Mencionou o Painel de Especialistas, para adição de informações para
554 lidar com as ambiguidades, e não sendo utilizado para resolução de conflitos. Frisou que a Renova é
555 a maior Fundação do Brasil, e que a segunda maior é cerca de dez vezes menor do que a Renova.
556 Concluiu que esse modelo de governança legitima o trabalho desenvolvido até o momento. Em
557 relação aos cadastros, descreveu a sua evolução e pontuou alguns erros cometidos, ponderando a
558 necessidade de melhorias nos mais diferentes cadastros e a construção do Cadastro Integrado.
559 Informou que existem efeitos secundários indesejados pela sociedade em relação ao uso de cartões,
560 porém destacou que o uso de cartão é emergencial e transitório e que oito mil e duzentos cartões
561 ativos foram distribuídos, beneficiando, diretamente, em torno de vinte mil pessoas, com duzentos e
562 setenta e cinco milhões de reais destinados ao programa. O Programa de Indenização Mediada –
563 PIM foi descrito como o maior programa de indenização do Brasil e um dos maiores do mundo,
564 destacando que já foram feitos mais de sessenta e quatro mil acordos, com mais de quatrocentos
565 milhões de reais injetados na economia da região. Em relação à contenção de rejeitos informou que
566 já foram investidos mais de meio bilhão de reais, que a tecnologia da ação foi melhorada com o
567 passar do trabalho, porém, ainda existem treze milhões de toneladas de rejeitos depositadas na
568 região. Registra-se em Ata que o campo em que consta os valores destinados não se trata de
569 dinheiro gasto. O total em milhões de reais apresentado nos slides somam a quantia que já foi gasta
570 com a quantia em caixa destinada para a execução dos programas em ações futuras, as quais são a
571 principal parte. O campo de gastos já realizados compreende os valores que já foram alocados e
572 gastos. Em seguida tratou sobre os problemas e avanços relativos ao reassentamento e que a
573 Fundação está centrando esforços no ajustamento dos projetos urbanísticos e que até novembro de
574 2017 pretende iniciar as obras. A Presidente do CIF asseverou que o perímetro urbano deve ser
575 delimitado logo, pois não será tão fácil conseguir apoio junto às Câmaras Municipais. Caso não seja
576 feito em perímetro urbano, necessitará de anuência prévia do Ibama para supressão de Mata
577 Atlântica, o que não é opção, devido ao parcelamento do solo e a legislação pertinente. Foi
578 mencionado o desejo da população de que haja isenção de IPTU nas prefeituras, o que vem sendo
579 discutido. Destacou que a reurbanização é um processo complexo e que existem muitos desafios de
580 engenharia e gestão. Descreveu as ações de recuperação e compensação em Barra longa.
581 Apresentou dados de áreas de recuperação de APPs, nascentes, construção de cercas e as
582 dificuldades da gestão dos viveiros para se atingir a meta de recuperação de quarenta mil hectares e
583 o PSA. Explicou a importância da restauração florestal para a recuperação da qualidade ambiental
584 do rio Doce. Informou que já foram recuperadas quinhentas e onze nascentes. Destacou que os
585 pontos centrais a serem definidos são as tecnologias e as priorizações das áreas em que a
586 restauração será executada. Informou que o IBIO está realizando estudos para definir a localização
587 e a melhor forma de recuperar os quarenta mil hectares. Citou que os estudos darão subsídios para
588 se começar a trabalhar com os pagamentos por serviços ambientais – PSA, que alavancarão a
589 produção do agronegócio. Descreveu os desafios e as dificuldades para se aliar desenvolvimento
590 rural sustentável com recuperação florestal, como por exemplo, a construção de índices de
591 sustentabilidade que contenham parâmetros de recuperação ambiental e produção agrícola. Em
592 relação ao tratamento da água, informou que o monitoramento é realizado em cento e quatorze
593 pontos, que foram construídos ETA's e todo o sistema (canais, adutoras) de distribuição necessários

594 para o atendimento à população. Descreveu a importância do fomento à economia regional e citou o
595 “Programa Mariana: Presente e Futuro” e a forma de se buscar a diversificação da economia para
596 diminuir a dependência da mineração na região. Também lembrou situação de Ouro Preto,
597 apresentada pelo Prefeito na parte da manhã. Em relação às contratações e compras locais, apontou
598 que o maior desafio é a capacitação das forças de trabalho regional em virtude da natureza dos
599 arranjos produtivos locais. Em relação à retomada da atividade pesqueira, destacou a complexidade
600 do problema por ser tratar de tema correlato a questões ambientais, econômicas e sociais que
601 envolvem temas desde a recuperação ambiental do rio, ao impacto na renda dos pescadores e a
602 segurança alimentar de algumas comunidades, com reflexos sociais naquelas comunidades.
603 Mencionou aspectos econômicos, estruturais, ambientais, sociais e financeiros sobre o tratamento
604 do esgoto e resíduos sólidos, destacando a construção das ETE’s e os aterros sanitários. Em relação
605 à saúde e educação, citou a importância de ter uma visão epidemiológica e o reestabelecimento das
606 rotinas educacionais, argumentando que as ações da Fundação devem ser equilibradas com as
607 políticas públicas. Em relação ao complexo conflito histórico entre os Krenak e as empresas da
608 região, deve-se agir com respeito aos direitos dos atores. Destacou que milhares de peças foram
609 coletadas e passam por processo de restauração e que o próximo passo em relação ao patrimônio
610 cultural será planejamento quanto à destinação desse acervo restaurado. O Deputado Estadual,
611 Noraldino Jr., de MG, pediu a palavra e comunicou que os animais da região estão sendo
612 monitorados após o desastre, em conjunto com o Grupo de Defesa da Fauna do MP – GDEF.
613 Mencionou a lei de castração dos animais que foi aprovada em MG. Contudo, os Municípios
614 listados pelo TTAC foram retirados da área de abrangência da lei mencionada, visto que podem ser
615 contemplados em programa adicional do TTAC. Cerca de mil animais foram resgatados. Ao final,
616 solicitou a reconsideração da decisão do CIF a respeito desse programa e/ou a alteração do TTAC
617 para incluir o programa de castração dos animais. A questão poderá ser tratada novamente
618 posteriormente. O Presidente da Renova finalizou a apresentação com os pontos de contato com a
619 sociedade e a importância da comunicação e diálogo com as comunidades por intermédio de
620 diversas mídias e das redes sociais, com apoio dos jovens, concluindo que a comunicação é o pilar
621 central da relação com a sociedade. Enalteceu os materiais impressos distribuídos e os jornais. Por
622 fim, registrou cerca de setenta mil acessos no site da Renova no mês de junho, relatando que houve
623 críticas, ameaças e xingamentos aos funcionários da Renova em certas reuniões. O último ponto da
624 pauta foi a recepção do Conselho Consultivo da Fundação Renova. O Presidente do Conselho
625 Consultivo foi apresentando, destacando que o Conselho já está na sexta reunião. Em breve fala,
626 enalteceu a importância do Conselho Consultivo, cobrando a indicação dos três nomes pelo Estado
627 de MG. O secretário da SEAPA fez a leitura de dois nomes, o primeiro de uma moradora de Rio
628 Doce e o segundo do Presidente da Associação Comercial de Mariana. Ambos os nomes foram
629 aceitos pelos membros do CIF. O terceiro nome, por ainda se tentar alguma representatividade dos
630 indígenas, o CBH-Doce informou que possui representatividade dos Krenak no Comitê, e que
631 confirmará o nome do Renaldo o mais breve possível, caso haja interesse do mesmo. Os membros
632 do CIF também concordaram com essa proposta. Registra-se em Ata que a SECEX enviará ofício à
633 CIRM, provocando essa Comissão para obter resposta formal expressa no sentido de delegação ao
634 MMA da incumbência da indicação de dois membros para o Conselho Consultivo da Renova. A
635 outra apresentação da Renova versou rapidamente sobre o *Masterplan*, que já possui a primeira e a
636 segunda versão, com atualizações semanais, visando uma maior acompanhamento e uma gestão
637 estratégica eficiente para todos os programas. Os dados serão públicos, com diferentes ferramentas
638 e níveis de acesso, os quais estarão disponíveis no site até o final de agosto. O representante da
639 Renova mencionou o centro de fusão de informações, com todas as informações georreferenciadas,
640 localizado em Belo Horizonte, replicadas para Mariana e Governador Valadares. O secretário da
641 SEAMA abordou novamente o tema sobre a contratação do Projeto Tamar para os programas das
642 Tartarugas Marinhas. Ficou decidido que a CT-BIO resolverá internamente a questão. A
643 representante da SEMAD reiterou as ponderações do antigo conselheiro curador e reclamou sobre a
644 baixíssima qualidade dos documentos entregues pela Renova, que aparenta ser mera repassadora
645 dos documentos das consultorias. A ausência do secretário da SEMAD foi devidamente justificada,
646 por motivo de saúde, mas comunicou que o documento lido por ele no dia anterior foi alterado pela
647 coordenadora da CT-SHQA, para que haja possibilidade de assinatura também dos órgãos federais.

648 A nova modelagem das reuniões do CIF foi novamente proposta. Dentre os encaminhamentos,
649 destaca-se que somente constarão na pauta das reuniões do CIF, os pontos e documentos entregues
650 pelos CTs dez dias antes da data das reuniões. A data da próxima reunião do CIF está confirmada
651 para 23 de agosto, realizada em dia único, com o seminário do CIF confirmado para os dias 24 e 25
652 de agosto. As instruções serão enviadas aos coordenadores das CTs para preparação das
653 apresentações no seminário. A Cláusula 184 será pautada na próxima reunião, caso já tenham sido
654 realizados os ajustes entre as CTs responsáveis pelo acompanhamento. A 16ª Reunião Ordinária do
655 CIF se encerrou às dezessete horas do dia quatro de agosto de 2017.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Jucen', is located in the lower right quadrant of the page.